

Diretrizes de acessibilidade aplicadas ao ensino de design de exposição

Accessibility guidelines applied to the teaching of exhibition design

Eduardo Cardoso

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil
eduardo.cardoso@ufrgs.br

Tânia Luísa Koltermann da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil
tania.koltermann@ufrgs.br

ABSTRACT

O presente artigo tem como objetivo apresentar a pesquisa sobre o ensino de acessibilidade em design de exposição. Para tanto, faz-se uma breve revisão acerca de design de exposição, inclusão social e acessibilidade em ambientes culturais; sobre as metodologias propostas por autores da área e utilizadas como referência no ensino para posterior análise comparativa e contribuição na elaboração de diretrizes para o ensino de acessibilidade em design de exposição.

KEYWORDS: ensino, acessibilidade, design de exposição.

Novas especializações no campo do design surgiram, no decorrer do século XX, em resposta às enormes mudanças culturais e econômicas que aconteceram na sociedade. Mais especificamente, o design visual e ambiental, que trabalha com a informação, seja por meio da linguagem, da imagem ou dos símbolos, desdobrou-se em vários caminhos, entre os quais está o design de exposições. Esta subárea busca organizar material e visualmente o espaço físico, com o objetivo de estabelecer uma relação dialética entre o conhecimento que o público já tem sobre o tema em pauta e o novo conhecimento que a exposição propõe (CURY, 2006). O designer pode estabelecer essas relações entre o público e o objeto exposto, ao ocupar-se de atividades que possibilitam tal interação.

As fronteiras entre as disciplinas da arquitetura e do design, que interferem no espaço, não eram claramente delineadas até fundirem-se em meados do século XX. Esta fusão veio a ser denominada, posteriormente, de design-gráfico ambiental, onde atualmente o design de exposições se insere. Neste contexto, a arquitetura trabalha com a concepção do espaço e o design trabalha com a disponibilização da informação (Hunt, 2003).

O design de exposição é a parte que visualmente se manifesta para o público, com vistas a sua experiência (qualidades sensoriais). É conteúdo (a informação e a concepção da comunicação como interação) e forma (a maneira de organizar a informação, considerando o enfoque temático e seu desenvolvimento, a seleção e articulação dos objetos, a elaboração espacial e visual). Embora expografia e design de exposição possam parecer dois termos que referem-se a mesma coisa, e embora ambos sejam ligados a questão da “forma”, pode-se fazer uma distinção, segundo Cury (2006), relacionando um ao campo da museologia e outro ao do design.

De acordo com Tojal (2010), tomando por referência os processos de inclusão social e das teorias da nova museologia, cujos objetivos apontam para o importante papel do museu a promover ações culturais e educacionais e sociais, atuando como agente de conhecimento e fruição do patrimônio histórico, independentemente da diversidade de seu público, os museus e espaços culturais brasileiros passaram também a se preocupar com as questões de acessibilidade. Isto tem exigido mudanças e transformações não só no projeto de exposições, mas principalmente mudanças conceituais

na política cultural dessas instituições. Desta forma, o presente momento histórico no cenário nacional aponta a demanda por pesquisas focadas na elaboração de práticas e políticas que visem à eliminação de barreiras para inclusão, contribuindo para o cumprimento da legislação vigente e com o atendimento da demanda social em busca de uma sociedade com equilíbrio na oferta de oportunidades para todos.

Assim, propõe-se a pesquisa para desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade para aplicação no ensino de design de exposição. Têm-se como objetivos da pesquisa: pesquisar, caracterizar e descrever as metodologias utilizadas por autores na área de design de exposições; ilustrar as metodologias pesquisadas; caracterizar e descrever diretrizes de acessibilidade para emprego no design de exposições; e, por fim, analisar comparativamente os referidos processos e diretrizes de acessibilidade, para contribuição e aprimoramento da metodologia empregada na disciplina de Projeto Integrado II – design de exposição e eventos, dos cursos de Design Visual e Design de Produto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Como resultado esperado desta pesquisa, ambiciona-se desenvolver uma publicação para contribuição, difusão e orientação na produção de novas exposições, assim como para o ensino de acessibilidade em design de exposição. Neste trabalho será feita a breve apresentação de conceitos gerais e contextualização legal, metodologia, estudo de caso e discussão dos resultados obtidos.

Justificativa e Contextualização Legal

Segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011), cerca de 23,9% da população, ou seja, mais de 45.000.000 de brasileiros, possui algum tipo de deficiência, seja ela mais ou menos severa. Tal levantamento encontra-se dividido em quatro tipos de deficiência (mental/intelectual, motora, auditiva e visual).

No ano de 2000, foram promulgadas duas leis específicas Nº 10.048 e Nº 10.098 que tratam da acessibilidade espacial para pessoas com deficiência, a fim de eliminar barreiras arquitetônicas e de atitude que impeçam, reduzam ou retardem a inclusão social. O Decreto nº 5296, de dezembro de 2004, elaborado para regulamentar essas leis, estabelece um prazo de 30 meses a partir de sua publicação, para que todos os edifícios públicos tenham boas condições de acessibilidade espacial. De acordo com estas leis, a Norma Brasileira de Acessibilidade - ABNT NBR 9050/2004 - torna-se obrigatória e seus parâmetros e critérios técnicos devem ser observados durante o projeto, a construção, a instalação e a adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, além de outras tantas que poderiam ser citadas, como a ABNT NBR 15599/2008 (Acessibilidade - comunicação na prestação de serviços).

Ainda em relação ao contexto legal e político atual, entre tantas Leis e Decretos existentes, cita-se o Decreto Nº 7.612, de 17 de Novembro de 2011 que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, com a finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Convenção da ONU). Assim como prevê recursos para o desenvolvimento de novas tecnologias, aprimoramento e incentivo para produção local de recursos existentes, qualificação de espaços e serviços nas mais diversas áreas, tais como na saúde, educação, cultura, entre outras.

De acordo com o mesmo Decreto, são consideradas pessoas com deficiência “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

Desta forma, a legislação e as normas técnicas brasileiras garantem igualdade e integração social aos cidadãos, porém, na prática, brasileiros sofrem diariamente nas mais simples ações rotineiras. Por esses motivos, discutir, pensar e contemplar acessibilidade com responsabilidade e consciência deixou de ser uma preocupação isolada.

Conceitos Gerais sobre Acessibilidade

O termo acessibilidade é bastante abrangente e não está apenas ligado a fatores físico-espaciais como distância, deslocamento, conforto, etc, mas também envolve aspectos políticos, sociais e culturais. Sabe-se que a acessibilidade está relacionada com a prática da inclusão, que se refere à possibilidade de participação das pessoas na sociedade em condições de igualdade e sem discriminação. Para tanto é necessário garantir total acesso aos mais variados locais e atividades, eliminando as diversas barreiras existentes que comprometem a participação de todos. Conforme Dischinger e Bins Ely (2005), quando se trata de pessoas com algum tipo de deficiência, estas barreiras se agravam, afetando suas condições de acesso aos lugares, a obtenção de informações e o próprio desempenho de atividades.

De acordo com Dischinger e Bins Ely (2005) quatro componentes são essenciais para a obtenção de boas condições de acessibilidade espacial: orientabilidade (saber onde se está, e para onde ir, de forma autônoma); deslocamento (ter condições ideais de movimento ao longo de percursos horizontais ou verticais e seus componentes); comunicação (possibilidade de obter boas condições de troca de informações); e uso (possibilidade de participação do indivíduo nas atividades desejadas,

sem que seja necessário um conhecimento prévio, e de forma autônoma, confortável e segura).

Para Santos (2009), seis parâmetros caracterizam um meio físico acessível: (I) Respeitador – respeitar a diversidade dos usuários facilitando o acesso; (II) Seguro – ser isento de riscos; (III) Saudável – não deve constituir-se em si em um risco à saúde; (IV) Funcional – deve ser projetado e concebido para atingir seus objetivos sem problemas funcionais; (V) Compreensível – orientar-se sem dificuldade e ter acesso às informações, a disposição dos espaços deve ser coerente e funcional; (VI) Estético – o resultado deve ser esteticamente agradável. Acatando estes indicadores será possível um acesso sem restrições e respeitador da diversidade humana.

Pastore (2001) aponta que a inclusão deve ser se basear em três princípios, os quais devem ser viabilizados igualmente para todos os indivíduos:

- Autonomia: é a condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e dignidade da pessoa que a exerce;

- Independência: é a faculdade de decidir sem depender de outras pessoas, tais como membros da família ou profissionais especializados;

- Equiparação de Oportunidades: é o processo do qual os diversos sistemas da sociedade e do ambiente, tais como serviços, atividades, informações e documentação, são tornados disponíveis para todos.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se por ser exploratória realizada através de procedimentos técnicos de pesquisa e revisão bibliográfica para fundamentação teórica e aprofundamento nos conhecimentos específicos pertinentes ao tema, tais como legislação, normas técnicas e recursos para acessibilidade física e na comunicação.

Na pesquisa foram realizadas avaliações e visitas em várias instituições culturais nacionais e internacionais no período de março de 2010 a fevereiro de 2012. Estas foram realizadas com foco no usuário, acompanhando experiências de uso para compreensão da realidade existente, além de entrevistas com gestores e/ou responsáveis pelas Instituições e/ou Programas de Acessibilidade. Dentre elas destacam-se a Pinacoteca de São Paulo com o PEPE – Programa Educativo Públicos Especiais, o Museu Tiflológico da ONCE (Organização Nacional de Cegos Espanhóis) em Madri, o Complexo de Museus Smithsonian em Washington, Museu Americano de História Natural e o Hayden Planetário, ambos em Nova Iorque, e o Museu Victoria & Albert em Londres (Figura 01).



Figura 01: Programa para cegos e deficientes visuais – Museu Victoria & Albert.

Fonte: VICTORIA AND ALBERT MUSEUM, 2010.

As análises foram realizadas de acordo com os conceitos de Sustentabilidade Social e Integração Espacial - compreender as possibilidades de acesso como parâmetro essencial da qualidade de vida no referido espaço de análise; Acesso e Acessibilidade - conjunto de medidas técnico-sociais para tornar o espaço acessível a todos, evitando a exclusão social e segregação destes grupos; Desenho Universal e Espaço Inclusivo - espaços, produtos, equipamentos e recursos, entre outros, desenvolvidos para uma gama maior de usuários, representando uma visão positiva e mais abrangente; Experiência Espacial e Exclusão Espacial - experiências que o espaço proporciona, suas especificidades e influências, e como são também para as pessoas com deficiência; e Rota Acessível - percurso livre de qualquer obstáculo, da origem ao destino (COHEN, 2008).

Discussão dos resultados

Em consequência da legislação vigente, como visto anteriormente, muitos passos foram dados em busca da defesa dos direitos das pessoas com deficiência, mesmo que ainda tendo muito a se fazer. Muitos ambientes culturais encontram-se em edificações históricas com dificuldade de acesso, circulação e até mesmo adaptação para o uso acessível. Tais Instituições e, conseqüentemente, as exposições nelas instaladas tornam-se impossíveis de ofertar uma experiência com igualdade de oportunidades para os mais diversos públicos. E, é esta a situação que os arquitetos, designers, museólogos e demais profissionais confrontam-se diariamente. E, deles, em conjunto com as Instituições e órgãos governamentais, é a responsabilidade de alterar este cenário, fazendo com que a acessibilidade seja contemplada na concepção de seus projetos.

Fernández e Fernández (2010) destacam 10 pontos fundamentais de acessibilidade em design de exposição:

1. Familiarizar-se com a legislação, publicações e informações existentes sobre acessibilidade;
2. Criar e/ou possibilitar o acesso por meio de rampas, elevadores, medidas adequadas de portas, circulações

e áreas de atendimento nos distintos espaços do ambiente cultural;

3. Suprimir as barreiras arquitetônicas;
4. Conseguir superfícies bem iluminadas;
5. Considerar todos os aspectos de orientação, tanto geográfica quanto psicológica, e contemplar as distintas necessidades dos usuários;
6. Empregar sistemas de informação em Braille, no mínimo nos pontos estratégicos do ambiente da exposição;
7. Facilitar a exposição interativa de elementos, desenvolvendo a experiência sensorial;
8. Empregar sistemas de áudio guiase/ou áudiodescrição;
9. Assegurar-se de que a informação sonora também se encontra em forma visual;
10. Organizar visitas especializadas para todo tipo de pessoa com deficiência.

A partir da coleta, análise e relações estabelecidas foram desenvolvidas as diretrizes para acessibilidade em ambientes culturais para o emprego projetual e no ensino de design de exposição. Estas foram divididas em seis grupos:

- Circulações, Acessos e Rotas de passeio - externas e internas: entradas e saídas, escadas e rampas, elevadores, estacionamento, vãos de circulação e portas;
- Exposição de artefatos/ produtos culturais: sistemas expositivos e complementares, mobiliário, assentos e zonas de descanso;
- Equipamentos audiovisuais: tradução, *closed caption*, áudio guias e/ou áudiodescrição;
- Recursos táteis e ajudas visuais: maquetes, réplicas, artefatos em alto relevo, taxidermia, imagens e textos ampliados, textos em dupla leitura (fonte ampliada e Braille);
- Serviços especializados: visitas guiadas, programas e recursos didático-pedagógicos, tradutores e intérpretes de LIBRAS;
- Sinalização e orientação espacial: iluminação e contraste visual, informações gráfico-visuais, sistemas táteis e sonoros, visitas guiadas;

Assim, o bom design de exposição deve promover a inclusão através da união de espaços, entornos e conteúdos acessíveis a todos os visitantes, independente de suas características e sem separar as pessoas com algum tipo de deficiência das demais, proporcionando

iguais oportunidades de acesso e fruição a todos.

Considerações Finais

As pesquisas realizadas no âmbito da acessibilidade em ambientes culturais têm deixado clara a necessidade de investigação da totalidade das barreiras e assim, de recursos para verificação e proposição de soluções adequadas ao uso, seja por pessoas com ou sem deficiências, pois muitas das adequações realizadas acerca da acessibilidade resultam em benefícios para uma gama muito maior de usuários.

Ressalta-se a importância de estudar a inter-relação entre essas barreiras e suas respectivas soluções e, portanto, a necessidade de pesquisa e avaliação constante é fundamental para este processo. Desta forma, todas as soluções propostas devem partir de uma profunda avaliação que leve em consideração a diversidade de usuários. De acordo com Cohen (2008), "a inclusão social de pessoas com deficiência, no seu sentido mais amplo, requer uma adaptação recíproca entre estas pessoas, a sociedade e os administradores públicos". Assim, o principal objetivo é a equiparação de oportunidades para a real inclusão social.

Por fim, o estudo das metodologias acerca do design de exposição

Com base no estudo das diferentes conceituações e das diferentes metodologias empregadas em design de exposição, podem-se encontrar pontos de contato por meio de grupos, fases e etapas recorrentes e complementares, onde as diretrizes desenvolvidas podem ser inseridas e facilmente aplicadas como guias norteadoras de projeto e avaliação.

A pesquisa realizada serve ainda como base para o lançamento de trabalhos futuros, tal como a validação das diretrizes propostas com a avaliação após a implantação e experiência de pessoas com deficiência. Assim como na validação e avaliação das propostas acadêmicas realizadas.

Referências

- COHEN, R. Acessibilidade de Pessoas com Deficiência às Ambiências dos Museus do Estado do Rio de Janeiro: Ter Acesso, Percorrer, Ver, Ouvir, Sentir e Tocar. Projeto de Tese de Pós-Doutoramento submetido à FAPERJ e vinculado ao PROARQ/UFRJ em 2008.
- CURY, M. X. Exposição: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2006.
- DISCHINGER, M.; BINS ELY, V. H. M. Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos: Guia de avaliação e implementação de normas técnicas. Santa Catarina: Ministério Público do Estado, 2005.
- FERNÁNDEZ, L. A.; Fernández, I. G. Diseño de exposiciones:

- concepto, intalación y montaje. Madrid: Alianza Forma, 2010.
- HUGHES, P; Diseño de Exposiciones. Promopress, 2010.
- HUNT, W. Environmental Graphics: Projects and Process. Harper Design International, NY, 2003
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2011.
- PASTORE, J. Oportunidades de Trabalho para Portadores de Deficiência. 2 ed. São Paulo: LTR, 2001.
- SANTOS, S. M. A. Acessibilidade em Museus. Dissertação de Mestrado - Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.
- TOJAL, A. P. F.; Acessibilidade e inclusão de públicos especiais em museus. In: Caderno de. Acessibilidade: reflexões e experiências em exposições e museus. São Paulo: Expomus, 2010.
- VICTORIA AND ALBERT MUSEUM. Política de Acessibilidade, Inclusão e Diversidade. Disponível em: <<http://www.vam.ac.uk/page/d/disability-and-access/>>. Acessado em 10 de maio de 2010.